

Santana diz que mandato sairá de pacto político

Dentro de 60 a 90 dias, a bancada do PMDB deverá ter definido sua posição sobre a duração do mandato do presidente, estabelecendo um "pacto político" para quando o assunto for tratado na Assembleia Nacional Constituinte. Ao dar a informação, ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana, acrescentou que esse pacto do partido poderá ser harmônico com o PFL.

Os contatos com os parlamentares do PMDB, de acordo com Santana, estão sendo feitos individualmente, por ele, pelo líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, pelo líder no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, e outros não identificados pelo deputado, além do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. De sua parte, Santana, além de defender seis anos de mandato para o presidente Sarney, acha que esse tempo vai prevalecer entre os peemedebistas.

Mas o presidente Sarney, segundo afirmou o deputado, depois de audiência com o chefe do governo, vai aceitar o que a Constituinte soberanamente decidir sobre a duração de seu mandato. O importante, de acordo com o líder da maioria, é um pacto prévio já definindo a duração do mandato do presidente, para facilitar não só o relacionamento externo do país, como também o planejamento e saneamento da economia, internamente.

Coordenação para Ulysses

Depois dos contatos individuais que estão sendo mantidos, o assunto inquestionavelmente, de acordo com Carlos Santana, passará para a coordenação do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, a quem caberá a convocação da bancada. Desse modo, vai prevalecer na Constituinte como posição do PMDB o que a maioria do partido aprovar com voto nominal, pois o pacto político pressupõe esse comprometimento da minoria, na interpretação de Carlos Santana.

Apesar de não se recusar a tratar do tema depois da audiência com o presidente Sarney, Carlos Santana garantiu que, com ele, não tratou do assunto, argumentando que o presidente é quem deverá tomar a iniciativa de convocá-lo para discutir a matéria. E ontem ainda não foi o momento, segundo o deputado.

Ulysses: maioria quer 5 anos

Após ouvir a opinião de figuras de peso no PMDB, o deputado Ulysses Guimarães garante: «Há uma maioria favorável ao mandato de cinco anos para o presidente e José Sarney. Sem dúvida, esta é a tendência majoritária». Sua previsão é de que na próxima semana, quando deverá ser instalada a subcomissão da Constituinte que vai tratar do mandato presidencial, os partidos comecem a definir suas posições sobre a questão. Pela primeira vez, ele endossou o desejo de Sarney de uma rápida definição política sobre a duração do mandato. E justificou: «É importante devido a seus efeitos internos e externos».

Ao lado da definição do mandato de Sarney, entra em pauta também a reforma ministerial. Neste assunto, Ulysses é cauteloso: « Perguntem ao Sarney. O que eu penso já disse a ele, mas não posso revelar a vocês».

Segundo Ulysses, Sarney tem reiterado em todas as conversas que endossará o que for acertado na Constituinte. E acrescentou: «Há diversas posições, mas a proposta de cinco anos significa a média. Como toda média, é vantajosa. A tendência é de um entendimento em torno dessa duração do mandato presidencial, mesmo porque o mandato de cinco anos, além de se ajustar à nossa realidade política, faz parte da tradição brasileira».

No PFL, contudo, o deputado José Lourenço insiste nos seis anos. No PMDB, há diversas correntes com posição firmada em torno dos quatro anos. E outras, identificadas com alguns dos novos governadores, que preferem mesmo os seis anos. O entendimento entre Ulysses e Sarney em torno dos cinco anos deve prevalecer.

No PMDB, a avaliação é de que se a popularidade do presidente Sarney retornasse aos níveis alcançados no auge do Plano Cruzado, ele não teria qualquer dificuldade em permanecer os seis anos. Se conseguir estabilizar a atual situação, superando o quadro de perplexidades políticas e econômicas, garantirá os cinco anos. Mas, se o governo continuar a perder acenadamente o respaldo popular, não haverá acordo político que impeça a redução para quatro anos. Menos do que isto — a convocação de eleições para logo depois da Constituinte — é considerada desde já como inviável.

O próprio Ulysses, apesar do entendimento com Sarney, lembra a propósito que «o plenário é soberano, podendo ou não acatar a posição a ser definida pela comissão. A regra, contudo, é acatar».

Clóvis Ramalhete pede pressa

Rio — O jurista Clóvis Ramalhete defendeu, no Rio, urgência para a definição da duração do mandato do presidente Sarney. Ele disse que sem a solução deste problema, o país não tem condições adequadas para negociar sua dívida externa.

Sem defender um mandato de quatro, cinco ou seis anos, ele disse que a indefinição do período presidencial de Sarney, independente de aspectos partidários, acaba representando um fator de instabilidade, tanto no plano político, quanto no econômico.

Ramalhete, que é juiz da corte internacional de arbitragem de Haia, disse que para haver uma renegociação realista da dívida externa brasileira, é preciso que o país demonstre estabilidade diante dos banqueiros internacionais.

Sem estabilidade e seriedade, segundo o jurista, será mais difícil renegociar a dívida externa, porque se em toda a negociação a seriedade deva ser até uma redundância, naquela destinada a resolver os problemas da dívida externa torna-se fundamental.



Líder do governo espera que em 90 dias a questão seja definida

Righi considera "maldade"

O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), considerou de "uma maldade violenta" a tese de cinco anos de mandato para o presidente Sarney, defendida, entre outros, pelo presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães. "Das duas uma: ou se considera o mandato de Sarney legítimo ou ilegítimo", argumenta Gastone. "Se for ilegítimo, então a questão é fazer diretas já, e se for legítimo, não há como se defender mandato de 5 anos, pois num regime presidencialista é preciso haver coincidência de eleições para o Congresso e a Presidência".

Nesta última hipótese — defende Gastone — o mandato de Sarney tem que ser de 6 anos, para que a próxima escolha coincida com a disputa para a Câmara e o Senado. " Perguntem ao Ulysses — recomendou — o que ele acha da coincidência de mandatos. Eu garanto que ele vai dizer que é bom. Então como pode defender 5 anos para Sarney?". Segundo o líder do PTB, os que defendem esse período o fazem "por interesse político".

Gastone acha ainda que aqueles que defendem mandato de cinco anos "estão solapando, maquiavelmente, a única coisa lógica no atual mandato de 6 anos, que é a coincidência das eleições". Na hipótese de se passar ao regime parlamentarista, ele acha que o mandato de Sarney também deve ser de 6 anos, "pois é tradição nesse tipo de regime que os mandatos do presidente sejam mais longos". Pessoalmente, no entanto, defende mandato de 14 anos para os sucessores de Sarney.

O líder do PTB sugeriu ontem que seja antecipada a discussão, na Constituinte, sobre a forma de governo a ser adotada no país, de modo inclusive que a Assembleia possa elaborar uma Constituição com base nesse sistema escolhido. Ele sugere que seja apresentado um "projeto de resolução", e diz que só não o apresenta porque há outros parlamentares que já tiveram a mesma idéia antes. Considera imprescindível essa decisão antes que se discuta a duração do mandato presidencial.

A nova briga no PFL já é pela presidência

Enquanto na Constituinte se briga pelos cargos na Mesa Diretora e nas comissões (com bons resultados nas negociações), no PFL a "briga" continua sendo pela presidência do partido. Ontem, o presidente interino, deputado Maurício Campos (MG), foi ao gabinete do presidente efetivo, e que está licenciado, senador Guilherme Palmeira (AL), para lhe externar sua "mágoa" diante da inclinação de Palmeira em reassumir o cargo.

A «nova» começou quando Palmeira se licenciou da presidência do PFL para disputar o governo de Alagoas, sendo derrotado pelo candidato do PMDB, Fernando Collor. Palmeira retornou a Brasília disposto a não mais reassumir a presidência do partido, mas vem

recebendo várias pressões dos ministros pefelistas para reconsiderar sua decisão. Foi isto o que ele explicou a Maurício Campos, acrescentando que ainda não tomou uma decisão final a respeito e só aceita admitir a hipótese em razão dos apelos que tem recebido do restante da cúpula partidária.

A situação de Maurício é delicada: para se tornar presidente efetivo, ele na verdade teria que disputar outra eleição, pois, como interino, não pode assumir efetivamente. Entre os ministros do PFL que desejam a volta de Palmeira estão Aureliano Chaves, o mais próximo de Maurício, por proceder do mesmo estado. A conversa entre Maurício e Palmeira, ontem, foi reservada, mas chegou a ser comentada por integrantes da bancada que aguardam o fim da novela.

Primeira sessão do Senado não obteve quórum

Depois de lutarem pelo funcionamento do Senado, enquanto durar os trabalhos da Assembleia Constituinte, apenas 23 senadores compareceram, ontem, à sessão ordinária daquela Casa. A reduzida presença de parlamentares, em plenário, impediu a votação dos projetos relacionados na ordem do dia, uma vez que o quórum exigido é de 37 senadores.

Esta foi a primeira sessão do Senado realizada após a aprovação de projeto de resolução restringindo o funcionamento ordinário daquela Casa às segundas-feiras, durante as atividades da Constituinte. Amanhã, às 10 horas, os senadores voltam a se reunir, em caráter extraordinário, para a apreciação do requerimento que cria a Comissão Especial encarregada de analisar a dívida externa brasileira.

Impedidos de votar qualquer projeto, os senadores passaram ao grande expediente, com destaque para as críticas do líder do PDS, Jarbas Passarinho (PA), aos critérios adotados para a arrecadação do Imposto de Renda, e a condenação pelo senador Fábio Lucena (PMDB-AM) a não punição do general Octávio Medeiros e do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Câmara reabre trabalhos com reunião fraca

Com uma dose de indulgência da Presidência, já que perigava não ter 48 deputados no Plenário, número regimental exigido, realizou-se, ontem, a primeira sessão da Câmara dos Deputados, prevista para acontecer regularmente às segundas-feiras, enquanto persistirem os trabalhos da Assembleia Constituinte.

A não ser pelo discurso do líder do PFL, deputado José Lourenço, ressaltando a importância do funcionamento paralelo do Congresso e pela tradicional visita do presidente da Câmara ao Comitê de Imprensa da casa, nada fazia lembrar que aquela era a abertura oficial dos trabalhos da Câmara Federal que, inclusive, empossou seis novos parlamentares em lugar dos constituintes afastados para assumir cargos nos governos estaduais de seus estados.

A sessão transcorreu calma e nem as duras acusações do líder do PDS, deputado Amaral Netto, ao ministro Dilson Funaro, da Fazenda, e à política econômica do Governo conseguiu esquentar os ânimos. Tudo acabou com uma defesa amena do líder do PMDB, deputado Luiz Henrique, e na troca de elogios entre os dois parlamentares.

PMDB reúne-se para planejar comissões

A cúpula do PMDB reuniu-se ontem à noite, durante jantar na residência do presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), para tentar definir os critérios que o partido adotará nas negociações em torno da composição das nove comissões da Assembleia. Se as eleições para a Mesa da Constituinte ocorrerem, como programado, na próxima sexta-feira, as comissões começam a funcionar a partir de meados da próxima semana.

Ulysses convidou os líderes do PMDB na Câmara e Senado, deputado Carlos Santana (PMDB-BA). Tanto Fernando Henrique quanto Luiz Henrique garantiam, ontem à tarde, que ainda não haviam sido definidos quais os postos que o partido deseja deter nas comissões e subcomissões que considera importantes.

Luiz Henrique, entretanto, adiantou que os líderes partidários serão indicados para as vagas destinadas a cada legenda na Comissão de Sistematização. Ele se reúne hoje, às 17 horas, com os coordenadores de bancada para apresentar as diretrizes estipuladas ontem à noite na casa de Ulysses e receber as sugestões dos parlamentares.

Ulysses Guimarães, mostrava-se esquivo ao responder às perguntas formuladas pelos jornalistas sobre a composição e os critérios de escolha das comissões. Limitou-se a informar que na distribuição de vagas e cargos

se o bedecerá o princípio da proporcionalidade entre as legendas. Preocupado em não começar a formalizar acordos fora do partido antes da proclamação do resultado da eleição de quarta-feira, disputada entre ele e o senador Mário Covas (SP) pela liderança partidária na Constituinte. Luiz Henrique garantiu que só conversará com os outros líderes a partir das 15 horas de amanhã.

Contudo, a maioria dos líderes está ansiosa para entabular conversações sobre o assunto com o PMDB. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), tentou, sem sucesso, marcar uma reunião com Luiz Henrique, às 18 horas de ontem.

Candidaturas

Os cinco cargos titulares e três suplentes da Mesa da Constituinte, além da presidência, ocupada por Ulysses têm praticamente definidos os nomes que os ocuparão. Além de PMDB e PFL devem integrar a Mesa da Assembleia o PDS, PDC, PDT e PTB.

Pela primeira vice-presidência brigam os deputados frentistas Humberto Souto (MG) e Aloisio Chaves (PA). O senador Mauro Benevides aceitou ficar com a segunda vice-presidência pelo PMDB. Na primeira secretaria, três candidatos disputam o cargo: Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), com maiores chances, José Tavares (PMDB-PR) e Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE). A segunda secretaria caberá ao PFL, que ainda não definiu o candidato, enquanto o PDS indicará o deputado Jorge Arbage (PA) para a terceira secretaria. As três suplências deverão caber aos deputados Sotero Cunha (PDC-GO), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e ao senador Mário Maia (PDT-AC).

Quércia anuncia que irá ao Banco Mundial

São Paulo — "Nós temos um compromisso muito sério com o país, tendo em vista a relevância, a importância de São Paulo. E esse compromisso também é da imprensa, também é dos jornalistas e também daqueles que se encarregam de traduzir o noticiário à opinião pública e às vezes, de dar a sua opinião. Então, todos nós, de alguma forma, estamos no mesmo barco, de conduzir o processo econômico, político e social do país a um bom destino".

A afirmação foi feita ontem, pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia, em sua primeira entrevista coletiva à imprensa no Palácio dos Bandeirantes. Reafirmando a intenção de cumprir os compromissos da campanha eleitoral, o governador anunciou que, apesar da moratória apresentada pedidos ao Banco Mundial, a quem "o Brasil está pagando normalmente os juros e não há nenhum problema". Quércia revelou que já conhece a situação econômico-financeira do governo estadual, considerando-a boa.

Sobre a reforma do ministério, esclareceu: "O presidente da República aguardava a posse dos novos governadores, mas não tem nenhuma noção de que tipo de modificações pretende fazer e nem terei interferência nisso". Respondendo à pergunta sobre um grande escritório que está montando em Brasília, justificou: "É para a representação de São Paulo. É muito importante, e é um compromisso que eu tenho com os

deputados federais e senadores de dar assistência, a melhor possível, para que eles tenham condições de representar São Paulo".

Afirmando que sempre foi favorável a que as eleições para presidente da República coincidisse com as eleições do Congresso, Lembrou que, para isso, uma das alternativas é que o mandato do presidente vá até 1990, quando haverá eleição. Quércia chamou a atenção para o fato de Jânio Quadros, quando eleito presidente, ter 50% dos votos, mas apenas 20% de apoio no Congresso Nacional, pois os parlamentares haviam sido eleitos em outro pleito. E acrescentou: "Então, em nome da tranquilidade do país, de sua segurança política, o importante é que a eleição da Câmara e do Senado seja feita juntamente com a do presidente".

Sobre o comportamento do governo paulista diante de eventuais greves, e a possibilidade do uso da força policial, o novo governador disse que "o governo do estado não protege nem o patrão nem o empregado: protege o direito do empregado fazer greve, que é um direito legítimo, e protege o patrão, na medida em que não vai deixar ocorrer depredação nas empresas". Para Orestes Quércia, "no direito de greve legítimo, se faz a greve e quem pode mais chora menos. Se os empregados puderem levar a greve, tudo bem. Se não puderem, alguém paga — ou o patrão ou o empregado". E concluiu: "Agora, o estado não vai interferir, de um lado nem do outro, mas vai ser o juiz".



Políticos estiveram no Bandeirantes na posse do secretariado

Pires sofre com greve no primeiro dia de governo

Salvador — Toneladas de lixo produzido pelas mais de 100 mil pessoas que participaram da festa de posse do novo governador da Bahia, Waldir Pires, amanheceram ontem acumuladas nas ruas do centro da capital, principalmente na praça Castro Alves onde foi realizado um grande baile popular durante toda a noite. E que os 4.600 garis da prefeitura entraram em greve por tempo indeterminado a partir de zero hora, reivindicando 100% de reajuste salarial e mais 20% de insalubridade.

As primeiras horas da manhã de ontem centenas de grevistas se concentraram em frente da sede da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (Limpurb), onde promoveram protestos contra os baixos salários e formaram piquetes para impedir a saída dos caminhões da coleta do lixo levando o lixo que não aderiram ao movimento. Um grupo de choque da PM usou bombas de gás lacrimogêneo e fez algumas prisões para dispersar os manifestantes, mas a prefeitura da capital não conseguiu restabelecer o serviço.

De início os grevistas restringiram suas manifestações em frente à Limpurb a sambas de rodas, cantando músicas com letras trocadas por

palavras de ordem de reivindicação salarial. Com a formação de piquetes e a chegada de um pelotão de choque da PM para desobstruir o pátio de estacionamento dos carros de coleta de lixo, o ambiente ficou tenso e os tumultos começaram quando a polícia lançou duas bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes. Uma contra-ordem de comando fez a PM abandonar o uso de violência e a situação voltou a se acalmar.

«Vamos continuar pareados até chegar a um denominador comum. Não adianta violência nem espancamentos ou prisões, queremos é negociação com a prefeitura», disse um dos líderes do movimento após os tumultos da manhã.

O prefeito Mário Kertesz e o diretor da Limpurb, Carlos Frederico, consideram exageradas as reivindicações salariais dos garis, que tiveram um aumento de salário de 62% sobre os vencimentos de janeiro. «Basta dizer que, hoje, um trabalhador da Limpurb ganha mais do que um garí do Rio de Janeiro», assinalou Frederico. Os garis baianos, porém, pleiteiam equivalência salarial com os seus colegas de São Paulo, que recebem salários mensais acima de 4 mil cruzados.